

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de
Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público**

15.^a Reunião
(25 de junho de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Jorge Lacão) deu início à reunião às 15 horas e 10 minutos.

O Sr. ex-Presidente do Instituto de Gestão do Crédito Público, IP (Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares), após intervenção inicial, respondeu aos Srs. Deputados Cecília Meireles (CDS-PP), Paulo Sá (PCP), Ana Drago (BE), Virgílio Macedo (PSD) e João Galamba (PS),

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 17 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente (Jorge Lacão): — Srs. Deputados, está aberta a reunião.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos em condições de dar início aos nossos trabalhos desta tarde.

Temos connosco o Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares, ex-Presidente do Instituto de Gestão do Crédito Público, IP, no período de 12 de janeiro de 2006 a 19 de julho de 2012, se a informação estiver totalmente certa.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares (ex-Presidente do Instituto de Gestão do Crédito Público, IP): — Até 30 de março de 2012, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Muito bem.

Agradeço, em nome de todos os Srs. Deputados, ao Sr. Dr. Alberto Soares a disponibilidade para aceitar o calendário que a Comissão lhe propôs. Também estou informado que desejará dirigir-se à Comissão no início, provavelmente para uma intervenção muito curta — depois saberemos —, após o que darei a palavra à Sr.^a Deputada Cecília Meireles para iniciar as suas questões.

Antes de mais, e renovando os meus agradecimentos, tem a palavra, Sr. Dr. Alberto Soares.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Muito obrigado. Boa tarde a todos.

Queria apenas dizer que, no período em que exerci as funções de Presidente do IGCP, e no que diz respeito às matérias de que se ocupa esta Comissão, o IGCP tinha apenas funções de consultadoria ou assessoria técnica e não tinha quaisquer atribuições de outra natureza relativamente a esta matéria. De todo o modo, estou inteiramente à disposição dos Srs. Deputados para tentar responder às questões que entenderem colocar.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares, quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe o facto de estar hoje connosco.

Creio que talvez seja útil seguir aqui uma ordem cronológica para irmos percebendo como é que esta história se desenrolou. É que, curiosamente, aquilo que, creio, tem sido particularmente difícil de perceber nesta Comissão é o facto de, agora, todos perceberem que há um grande problema, mas ser difícil perceber quando é que estes *swaps* passaram de gestão normal e de autonomia absolutamente normal nas empresas a passarem a constituir um problema — e um problema para todo o erário público.

Portanto, a primeira questão concreta que lhe colocava não é a de saber quando é que foi a primeira vez que ouviu falar de *swaps*, porque calculo que isso tenha sido muito antes desta questão, mas quando é que foi a primeira vez que, no âmbito das suas funções no IGCP, tomou contacto com a realidade da existência destes contratos de derivados financeiros nas empresas públicas e da existência ou não de um risco associado a esses contratos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Sr.^a Deputada, não posso dizer exatamente quando é que tomei contacto com os contratos ou com os riscos associados a esses contratos porque o IGCP, não tendo competência nesta matéria, também não tinha a informação que os pudesse avaliar.

O que o IGCP fez — e recordando-me do que se passou enquanto lá estive — foi pronunciar-se sempre a pedido ou da tutela ou da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre determinados contratos em particular. Foram alguns casos — posso não me recordar de todos — e não passou disso.

Uma perceção global do que estava em causa nunca passou pelo IGCP enquanto lá estive.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Diz-me que a questão global nunca passou pelo IGCP. Consegue localizar-me, necessariamente de forma aproximada no tempo, estes pareceres ou estas pronúncias que o IGCP fez sobre alguns contratos *swap* e se alguma destas pronúncias incluía alguns alertas ou se, pelo contrário, não detetou nada de diferente ou de estranho com estes contratos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Nos casos que passaram pelo IGCP e em que foi pedido o parecer do IGCP, o que estava em causa na generalidade dos casos, se bem me lembro, eram contratos lineares de cobertura de risco de taxa de juro.

Houve casos em que o IGCP se limitou a dar um parecer muito simples, sem levantar obstáculos, mas houve casos — recordo-me, pelo menos, de um caso — em que o IGCP deu um parecer desfavorável à realização da operação por entender que os riscos associados não justificavam a realização da operação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Muito obrigada.

No sentido de perceber — sem prejuízo de, depois, avançarmos no tempo — a questão global, ouvimos, ontem, o ex-Secretário de Estado do Tesouro, que afirmou: «Por vezes, fui interpelado, e sei que o IGCP à época também foi,...» — e a época coincide com o seu mandato — « ... para realizar operações com *swaps* menos tradicionais, aquilo que na gíria bancária se designa por '*swaps Eurostat friendly*', ou seja, *swaps* amigáveis, *swaps* para maquilhar a contabilidade pública».

Como compreende, isto para nós é informação vital e particularmente importante, até porque interessa-nos perceber não apenas da natureza destes contratos *swap* mas também da motivação das empresas públicas a assinarem-nos.

Sei que, naturalmente, o IGCP tem muitos contratos *swap*. O que lhe pergunto é se, durante a vigência do seu mandato, alguma vez ouviu falar nestes *swaps Eurostat friendly*, ou na utilização de *swaps* como maneira de maquilhar a contabilidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Suponho que posso dizer, fazendo apelo à minha memória, que surgiram por parte dos bancos — o meu *interface* com os bancos era corrente e diário, nomeadamente com a banca de investimentos — propostas para a realização de operações mais complexas e mais estruturadas.

O IGCP adotou sempre, por princípio, nunca entrar nesse tipo de operações. As operações de *swaps* em que o IGCP entrou e realizou eram todas operações perfeitamente lineares e meramente de cobertura de risco de taxa de juro.

Mas, sim, tenho ideia de que foram apresentadas operações e estruturas mais complexas, eventualmente com *down payments* e *front payments* associados, mas nunca foi dado qualquer seguimento por parte do IGCP a esse tipo de propostas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Muito obrigada.

Gostava de saber quem apresentou essas propostas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não posso estar aqui a mencionar bancos em particular, porque relacionávamo-nos com uma quantidade muito grande de bancos de investimento. Não posso estar a mencionar bancos em particular, pois pode ter sido qualquer um. A minha

memória não registou nenhum banco em particular. Possivelmente, foi mais do que um.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Muito obrigada.

Compreendo que o IGCP nunca utilizou nenhum desses instrumentos e, manifestamente, se há coisa que tem ficado clara em todo este processo é que tudo o que se relacionou com *swaps* e com o IGCP foi de boa gestão e serviu até, aliás, para compensar prejuízos de monta que se verificaram nas empresas públicas. Mas o que lhe peço é se nos pode explicar, do ponto de vista contabilístico, como é que poderia funcionar este mecanismo. O IGCP não o utilizou, mas como poderia funcionar este mecanismo?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Suponho que eram estruturas que implicavam um *front payment* e esse *front payment* possivelmente — não tenho condições para afirmar isso perentoriamente —, poderia ser considerado como uma receita do Estado e daí, eventualmente, contribuir para diminuir o défice.

O que se passava com estas estruturas — e isso veio a verificar-se noutros países e noutros casos — é que a contrapartida desses *front payments* eram riscos associados muito grandes relativamente aos *cash-flows* futuros da operação.

Portanto, como lhe disse, o IGCP nunca perdeu muito tempo com esse tipo de operações e quando elas foram abordadas e afluídas sempre

as rejeitou liminarmente, sem perder muito tempo sequer a discuti-las ou a tratá-las.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Muito obrigada.

Posso concluir das suas palavras que, aplicando essa estrutura a uma empresa, isso significa que poderá haver aqui um *front payment* que se traduz num ganho num determinado ano e que tem como contrapartida *cash-flows* futuros negativos, ou seja, que tem, depois, como contrapartida várias perdas em anos subsequentes.

Já nos disse que isso nunca foi feito pelo IGCP. E já nos disse que globalmente o tema não lhe foi colocado. Mas naturalmente que, no âmbito das suas funções, falava com muita gente.

O que lhe pergunto é se, ao longo destes anos em que esteve no IGCP, alguma vez ouviu falar de este tipo de práticas ser utilizado de forma corrente ou de forma esporádica em alguma ou em algumas empresas públicas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não, não tive conhecimento. Não fazia sequer parte das preocupações do IGCP. Mesmo no que diz respeito às funções de consultadoria, foram sempre em resposta a pedidos específicos e particularizados, e nunca sobre uma situação generalizada ou genérica.

E isto, suponho que talvez por estarmos a falar de estruturas que podem ser até um pouco opacas, não era matéria que fosse do

conhecimento geral e não era certamente do conhecimento do IGCP e do meu conhecimento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Muito obrigada.

Imagino que o IGCP, no âmbito das suas funções, tenha relações normais com bancos, em que naturalmente é discutido ou até negociado aquilo que é o crédito ao Estado português.

Alguma vez foi confrontado por algum banco com a existência de dívidas ou de possíveis dívidas futuras ou de encaixes futuros, relacionados com *swaps* que, não sendo diretamente do IGCP ou do Estado português, dissessem respeito ao setor empresarial do Estado?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Sim, a partir de determinada altura, é natural que os bancos tenham começado a tentar colocar ao IGCP esse tipo de questões. Nós nunca demos seguimento a esse tipo de questões porque trata-se de matéria, repito, que não era da nossa competência. Portanto, não demos sequer abertura para discutir ou abordar esse tipo de problemas, uma vez que não eram matérias da nossa competência. Limitámo-nos sempre a responder aos pedidos pontuais e específicos que nos foram apresentados ou pela tutela ou pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Muito obrigada.

Como referiu «a partir de determinada altura», pode dizer-me aproximadamente quando — obviamente está a falar de memória — e de que bancos estamos a falar?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não lhe posso dizer especificamente quais foram os bancos, não tenho esse registo, nem sequer as operações específicas, concretas que estivessem em causa, pois também não tenho memória desse registo. Mas este tipo de contratos normalmente incorpora aquilo a que se chama «*events of termination*» e é natural que os bancos, estando a perceber que estes contratos tinham um valor de mercado negativo, tenham começado a acionar estes *events of termination*.

Mas, como referi, o IGCP não se envolveu nessas matérias.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Muito obrigada.

Pergunto porque é óbvio que, do ponto de vista do Estado e daquilo que é a organização do Estado, as coisas são bem diferenciadas e bem estanques, mas, do ponto de vista do banco, a verdade é que muitas destas empresas eram percebidas como tendo um risco semelhante ao do Estado, ou seja, aquilo que os bancos presumiram foi que, ainda que a empresa tecnicamente estivesse falida ou fosse à falência, o banco responderia à dívida.

Daí que perceba que, do ponto de vista da máquina do Estado, apareçam várias frentes muito desagregadas e, em muitos casos, sem

nenhuma comunicação umas com as outras e com informação completamente opaca, aliás, sem terem essa noção. Mas, do lado de lá, está uma estrutura comercial extraordinariamente agressiva que as interpreta como um todo. Daí eu perguntar, porque pareceu-me natural que, a determinada altura, as coisas começassem a ser tratadas de forma global.

Falou-me das tais cláusulas de rescisão antecipada — chamar-lhes-ia assim — ou seja, no fundo, cláusulas que permitem ao banco exigir o cumprimento imediato ainda que a data de término... Só não percebi, o que é que era transmitido nessas conversas que foram tidas ou nessas negociações. Que os bancos poderiam a qualquer momento, nalguns casos, acionar essas cláusulas, fazendo com que o Estado incorresse na obrigação de pagar imediatamente determinadas quantias? É isso?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Nunca estiveram em causa negociações. Enquanto eu lá estive, o IGCP nunca negociou essas matérias e, nas reuniões em que participei — não participei em todas — com bancos, essa matéria era imediatamente estancada se fosse abordada. Porquê? Porque não era matéria da competência do IGCP. Até por atribuição estatutária, o IGCP não tinha qualquer possibilidade de intervir em operações de derivados financeiros que não tivessem subjacente dívida pública. Portanto, não podia sequer intervir noutras matérias e noutras operações de derivados financeiros e de estruturas financeiras em que o subjacente não fosse estrita e exclusivamente dívida pública.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Passo a outra questão: a 31 de junho de 2011 é exarado o despacho n.º 896/2011 pelo então Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, que prevê, creio no seu ponto 3, que, depois de recebidas, até 30 de junho, várias informações detalhadas do setor empresarial do Estado sobre a existência destes contratos de derivados financeiros, a Inspeção-Geral de Finanças em coordenação, quer com a DGTF (estou a citar de cor, mas creio que será mais ou menos assim) quer com o IGCP, se pronuncie sobre as propostas de decisão em relação a isto que já se começa a perceber agora ou, pelo menos, que se admite agora que se trata de um problema.

Gostava de saber se, no âmbito do cumprimento desse despacho, o IGCP teve alguma ação na análise das propostas e das informações então apresentadas pelas empresas públicas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Tenho presente esse despacho. A informação global de todas as empresas e de todas operações a que o despacho se refere nunca chegou ao IGCP, nem por via da Inspeção-Geral de Finanças nem por via da DGTF. Mais: esse despacho prevê, no ponto 2, que todas as operações dessa natureza que sejam feitas daí para a frente sejam sujeitas a parecer prévio do IGCP. O IGCP também nunca recebeu, enquanto eu lá estive, nenhum pedido de parecer prévio sobre nenhuma dessas operações. Portanto, continuaram a chegar pedidos de parecer — não muitos, sequer — sobre operações pontuais e específicas.

O Sr. Presidente: — Quer colocar mais uma questão, Deputada?

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente, para terminar, coloco mais uma questão.

O Sr. Doutor já nos disse que o IGCP não tinha competências nesta matéria. Sei que recebeu perguntas sobre contratos muito particulares, que foram avaliados. Mas, sobre esta questão analisada de forma mais global e até da maneira como ela necessariamente se articula com a dívida do Estado português, pergunto se alguma vez recebeu algum pedido de pronúncia de parecer ou até uma informação sistematizada sobre o ponto da situação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Nunca o IGCP recebeu uma informação ou um pedido de intervenção ou de parecer sobre a situação global deste tipo de contratos. Repito: sempre se pronunciou sobre casos particulares, a pedido específico da tutela ou da DGTF. Nunca chegou ao IGCP qualquer pedido de pronúncia ou de parecer sobre uma situação mais global, mais generalizada. Isso não aconteceu.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares e agradecer a sua disponibilidade para estar a partilhar connosco as suas informações sobre esta questão.

O despacho de 9 de junho de 2001, que já foi referido aqui, determinava que as empresas públicas que pretendessem contratar *swaps* deviam pedir um parecer prévio ao IGCP. Antes disso, esse parecer prévio não era obrigatório, mas referiu que pontualmente era pedida ao IGCP alguma informação.

Disse algo que suscita a minha curiosidade, pelo que gostava que pudesse dar mais informações. Disse que, relativamente a um contrato *swap* de uma empresa pública, o IGCP deu um parecer desfavorável. Consegue situar no tempo esse parecer e dizer qual é a empresa?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Consigo. Trata-se de uma estrutura que foi submetida a parecer do IGCP sensivelmente em junho ou julho de 2008. A empresa em causa era a EGREP (Entidade Gestora Reservas Estratégicas Produtos Petrolíferos) e o IGCP respondeu em julho dando parecer desfavorável à realização dessa estrutura.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Obrigado pela informação bastante precisa. O parecer não era vinculativo, portanto a empresa podia ter contratado. Sabe se a empresa fez esse contrato *swap*, ou não?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não faço a mínima ideia. O parecer nem sequer foi dado diretamente à empresa, foi dado ao gabinete do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, que foi, aliás, quem o pediu e, portanto, não faço a mínima ideia qual foi o seguimento que teve.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Passando ao período após 21 de julho de 2011, depois da tomada de posse do atual Governo, que informação dispunha o IGCP, à data da tomada de posse do atual Governo, sobre os *swaps* das empresas públicas? Tinha alguma informação? Nenhuma? Se dispunha, gostaria que dissesse qual era.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Só não digo nenhuma porque o IGCP, apesar de tudo, tinha-se pronunciado sobre casos particulares. Mas, tirando os casos particulares que foram submetidos ao IGCP, como seja este da EGREP, o IGCP não tinha qualquer outra informação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Então, após a tomada de posse do Governo, o IGCP recebeu orientações da tutela relativamente aos *swaps* ou ao acompanhamento dos *swaps* das empresas públicas? Se sim, pergunto

quando é que foram dadas essas orientações. Peço-lhe que dê uma data tão precisa quanto se conseguir lembrar e que orientações eram essas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Enquanto eu lá estive, portanto, até março de 2012, não houve quaisquer orientações nessa matéria. O que houve, repito, e peço desculpa por estar sempre a repetir este aspeto, foi o pedido de pronúncia do IGCP sobre casos particulares, não sobre a matéria numa perspetiva genérica.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Dr. Alberto Soares, o que disse é tão extraordinário que vou repetir aquilo que disse para confirmar porque gostava de ter a certeza absoluta de que a tutela, a Secretária de Estado do Tesouro, até março de 2012, altura em que deixou as funções de presidente do IGCP, não lhe deu qualquer orientação relativamente ao acompanhamento e à recolha de informação sobre os *swaps* das empresas públicas. Percebi bem? Foi isto?

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Ao IGCP, não. Nem teria de ser, porque não faz parte das competências do IGCP. Não fazia parte das competências do IGCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — É uma informação extraordinariamente importante, que contradiz informações que foram dadas aqui anteriormente.

Teve conhecimento, após a sua saída, em março, de alguma forma, de quando foram dadas essas orientações?

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não faço a mínima ideia. Saí em março... Não quero estar aqui a criar situações de contradição relativamente a coisas que tenham sido ditas, mas, que eu tenha conhecimento ou memória, não há nenhum despacho, não há nenhum documento onde essa orientação esteja traduzida até eu ter saído do IGCP. Pode haver em relação a outras entidades que tinham competências nessa matéria. O IGCP não tinha.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Portanto, afirma taxativamente que, até março de 2012, ao IGCP não foi dada qualquer orientação da tutela para recolher ou acompanhar informação sobre os *swaps* das empresas públicas?

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Desculpe, não teria de ser dada... O IGCP não tinha competências...

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, só um momento, se não se importa.

O Sr. Deputado concluiu?

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Ainda não concluí.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Portanto, pergunto: quando é que a DGTF remeteu informação ao IGCP sobre os *swaps* das empresas públicas, se é que isso ocorreu durante o seu mandato?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não ocorreu durante o meu mandato, nem da parte da DGTF nem da parte da Inspeção-Geral de Finanças, qualquer envio de que tenha memória.

Devo dizer que o IGCP não tinha competências para recolher essa informação junto das empresas públicas. Mesmo que, por hipótese voluntarista, o quisesse fazer, não tinha competências para o efeito. Não fazia parte dos seus estatutos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Temos conhecimento disso. Mas insisto muito nestas perguntas, porque poderia ter havido uma orientação informal para que o IGCP fosse recolhendo informação que depois seria tratada oficialmente quando saísse o tal despacho, em agosto de 2012.

Portanto, não recebeu da DGTF nem da IGF qualquer *dossier* com informação relativa aos *swaps*, pelo menos até ao dia 30 de março de 2012?

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não recebi.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira continuar.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Tem conhecimento de quando é que essa informação da DGTF ou da IGF foi enviada ao IGCP?

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não faço a mínima ideia.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Enquanto era presidente do IGCP, houve alguma reunião entre o IGCP, a DGTF, a IGF, a tutela, no sentido de analisar estas questões, de articular o processo de recolha de informação?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não. Que eu tenha tido conhecimento ou que eu tenha participado, não.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — O senhor diz «tenha participado», mas, sendo presidente do IGCP, se houvesse reuniões dessas teria de ter conhecimento.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Naturalmente.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Quando diz que não participou, que não teve conhecimento, está a dizer que o IGCP até 30 de março de 2012 não

reuniu com a DGTF, não reuniu com a IGF, não reuniu com a tutela, não reuniu com nenhum organismo para abordar, articular, analisar informação relativamente aos *swaps*. Portanto, seria legítimo concluir, depois de tudo o que nos informou, e de forma bastante taxativa, que, desde 21 de julho de 2011, data da tomada de posse do atual Governo, até 30 de março de 2012, que é o período pelo qual o senhor pode responder taxativamente porque dirigia o IGCP, nada se fez no âmbito do IGCP relativamente aos *swaps* das empresas públicas. É legítima esta conclusão face às respostas que me deu anteriormente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Só não digo que a conclusão seja legítima porque, repito, houve pedidos de pareceres pontuais sobre casos específicos e o IGCP pronunciou-se tecnicamente sobre essas situações. Numa perspetiva genérica, uma reunião ou documentos para abordar globalmente a situação, não houve nada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Vou repetir o que disse para ver se consigo absorver essa informação, que é extraordinariamente importante.

Portanto, tirando alguns casos pontuais que lhe foram solicitados, de análise, de parecer de *swaps* de empresas públicas, não houve, até 30 de março de 2012, um trabalho sistemático por parte do IGCP de recolha, de tratamento, de análise, de informação relativamente a empresas públicas. Também não houve, como disse, reuniões com a DGTF, com a IGF ou com a tutela sobre este assunto. Portanto, a conclusão é a de que, até 30 de

março de 2012, salvo os pareceres pontuais que foram dados sobre os *swaps* que referiu, não foi feito nenhum trabalho sobre os *swaps* das empresas públicas no âmbito do IGCP ou em que o IGCP tenha participado.

O Sr. Presidente: — Faz favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não foi e, repito, porque também não tinha de ser. O IGCP não tinha atribuições nem competências nessa matéria. A conclusão é do Sr. Deputado. Não posso dizer que não tenha sido feito nada porque pode ter sido feito envolvendo outras entidades. O IGCP não foi chamado para um trabalho global dessa natureza.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Agradeço essas informações, que são muito relevantes e importantes porque contradizem informações que foram dadas aqui, de acordo com as quais a participação do IGCP na recolha e tratamento de informação relativamente aos *swaps* das empresas públicas teria, alegadamente, começado uns dias após 21 de julho de 2011. E agora o senhor diz, taxativamente, que da parte do IGCP e da sua parte não houve porque o IGCP não tinha essa competência e que também não foi pedido à tutela que informalmente fizesse esse trabalho, portanto, nada ocorreu até 30 de março de 2012.

Muito bem. Está muito claro. Agradeço a clareza das suas respostas.

Passo agora a outro conjunto de questões que me parecem relevantes.

O IGCP utiliza também *swaps* na gestão da dívida pública, como aliás já referiu, e esses *swaps* são os do tipo mais simples, presumo, do tipo *vanilla*. A questão que lhe coloco é a seguinte: no período em que estive à frente do IGCP, de 12 de janeiro de 2006 a 30 de março de 2012, na contratação de *swaps* relacionados com a dívida pública, que tipo de *swaps* é que utilizava?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Única e exclusivamente *swaps* de taxa de juro em que se trocava taxa fixa por taxa variável e que tinham subjacente dívida pública emitida à taxa fixa. Não há outro tipo de *swaps*, não há outro tipo de operações.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Portanto, podemos dizer que eram *swaps* do tipo *vanilla*. Aqueles mais simples em que há a troca de uma taxa fixa por uma variável ou o inverso.

O ex-Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Carlos Costa Pina, informou há dias esta Comissão que a dívida pública gerida pelo IGCP assenta em normas gerais definidas pela tutela no que diz respeito à contratação de *swaps*. São normas muito bem definidas que obrigam o IGCP ou que balizam o IGCP na sua atividade.

Podia dizer-nos, tão detalhadamente quanto possível, que normas são essas que balizam a atividade do IGCP na gestão da dívida pública, mais concretamente na contratação de *swaps*?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares, tem a palavra.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — São os chamados *guidelines* de gestão da carteira de passivos do IGCP. Não posso reproduzir com detalhe, mas incluem aspetos como: tem de haver capacidade de valorizar os *swaps* a contratar em cada momento, portanto, não podem ser operações muito complexas; são feitos com base em processos de *bidding*, de consulta ou obtenção de cotações por parte de várias entidades e não negociados com uma entidade em particular. Ou seja, são *guidelines* deste género relativamente a este tipo de operações.

Fixam também os limites de crédito para as entidades que podem ser contraparte nesse tipo de operações. Portanto, em relação aos bancos que poderiam ser contraparte nesse tipo de operações, os *guidelines* para a fixação de risco de crédito também fixavam esse tipo de limites.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Dr. Alberto Soares, esses *guidelines* são públicos?

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Esses *guidelines* são públicos. Se não me falha a memória, estão disponíveis no *site* do IGCP — sempre estiveram.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Diga-me uma coisa: com base nesses *guidelines*, o IGCP poderia contratar um *swap* especulativo, um *snowball*, um *algorithmic strategy*, coisas destas?

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não! Por uma razão muito simples: são estruturas que não têm cotação de mercado e que, portanto, têm modelos de valorização muito específicos e sofisticados, que incluem instrumentos aos quais o IGCP não tinha acesso.

Aliás, uma característica dos vários pareceres que o IGCP foi emitindo sobre as operações pontuais que lhe foram submetidas é que o IGCP não tinha competências técnicas para se pronunciar sobre determinadas estruturas, porque eram de tal maneira complexas que o IGCP afirmava nos pareceres que não tinha conhecimentos e competências para se pronunciar sobre elas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — O que disse também é extraordinariamente importante. O IGCP não contratava *swaps* de natureza complexa e arriscados como os *snowball*, *algorithmic strategies* ou outros deste género, porque não tinha competências técnicas suficientes para analisar em profundidade esses *swaps* e, portanto, era um risco contratar e utilizar na gestão da dívida pública *swaps* que o IGCP poderia não entender profundamente. Ou seja, utilizava, segundo creio e posso depreender das suas palavras, uma estratégia responsável e conservadora de só utilizar *swaps* simples que o IGCP pudesse compreender e acompanhar e em que o risco fosse controlável.

Ora, a pergunta que lhe quero colocar tem a ver com o seguinte. A estratégia seguida nas empresas públicas não era essa, obviamente. Era uma estratégia em que se apostava na contratação de *swaps* extremamente complexos, sofisticados, opacos e até especulativos, tanto que sabemos os resultados disso.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Concluo, Sr. Presidente.

Pergunto-lhe o seguinte: como é que avalia — é uma opinião pessoal, pelo que poderá responder ou não — a estratégia das empresas públicas na contratação de *swaps* da natureza que acabámos de referir?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não tenho elementos que me permitam avaliar, Sr. Deputado. Uma operação dessa natureza prossegue determinados objetivos que têm a ver com a gestão financeira das empresas e não faço a mínima ideia que objetivos pretendiam alcançar.

O IGCP, não só por não ter competências técnicas, como também por não se adequarem aos objetivos da gestão de risco... Ou seja, para a gestão de risco da taxa de juro eram suficientes os *swaps* simples que o IGCP utilizava, pelo que não era necessário recorrer a estruturas mais complexas. Portanto, por essa razão também, o IGCP não terá desenvolvido as competências técnicas necessárias para intervir nesse tipo de operações.

Mas, avaliar a estratégia das empresas públicas, não tenho elementos que me permitam pronunciar sobre isso.

O Sr. Presidente: — Vamos agora passar à Sr.^a Deputada Ana Drago. Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Presidente, Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares, agradeço muito a sua presença esta tarde nesta Comissão. Um dia, estou certa de que nos poderá contar os tempos tormentosos da colocação da dívida pública nos finais de 2010 e 2011, uma vez que viveu esses tempos com proximidade.

Quero começar por uma pergunta em que faço um apelo à sua memória pessoal no desempenho das suas funções profissionais. Mesmo sem conhecimento oficial dos valores das responsabilidades financeiras envolvidos na contratação destes contratos *swap* por parte do setor empresarial do Estado, pode indicar a época, o mês, em que na administração central do Estado, em particular nas instituições que têm responsabilidades financeiras, começa a perceber-se a dimensão das responsabilidades financeiras que podem vir desses encargos feitos pelo setor empresarial do Estado?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Sr.^a Deputada, mais uma vez, não tenho informação que me permita falar nisso, porque, como disse, o IGCP não tinha conhecimento global da situação. Não havia informação ou não tinha essa informação. Outras entidades poderiam ter, mas o IGCP não tinha. Tinha informação apenas sobre casos pontuais que lhe eram submetidos. Portanto, não lhe posso dizer.

É natural que, à medida que foi havendo o *downgrade* do *rating* da República, isso tenha tido algum impacto nos *early termination events* de algumas dessas estruturas. Pode acontecer. Portanto, é natural que aí me tenham surgido algumas preocupações. Mas o IGCP não tinha informação suficiente para ter uma ideia geral dessa situação.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Drago, tem a palavra.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Portanto, ao nível da informação que vai sendo coletada pela DGTF e que se vai tornando pública no relatório do segundo trimestre de 2011, em que se percebe mais ou menos qual é a magnitude das dificuldades financeiras que podem incorrer para os contribuintes, nessa altura não há reuniões entre os diferentes órgãos que permitam dar a perceber a magnitude desses encargos para os contribuintes?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmento Azevedo Soares: — Em que o IGCP tenha participado, não!

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Drago, faça o favor de prosseguir.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Dr. Alberto Azevedo Soares, não sei se tem seguido os trabalhos desta Comissão. De alguma forma, esta Comissão avalia a questão dos contratos *swap* desde 2003, mais ou menos quando eles começam a ser contratados pelo setor empresarial do Estado; até 2003,

a forma como tem sido gerido pelo atual Governo; e tenta fazer a avaliação do comportamento de diferentes Governos em relação a esta matéria.

Creio que sabe que a atual Ministra das Finanças apresentou uma argumentação nesta Comissão em relação ao atraso do Governo na avaliação do *dossier* dos contratos *swap* em que apresenta dois argumentos. Primeiro, que aquando da tomada de posse não havia um conhecimento detalhado destes contratos e da magnitude das responsabilidades financeiras que daí poderiam incorrer para o Estado. Segundo, que houve um compasso de espera, porque o caminho que foi indicado pelo despacho n.º 896/2011, de 9 de junho, do ex-Secretário de Estado Costa Pina, não seria o caminho adequado a seguir, no entendimento do Governo.

É por isso que lhe vou fazer estas perguntas.

A Dr.^a Maria Luís Albuquerque exerceu funções como diretora financeira na REFER, onde estabeleceu contratos *swap*, e de seguida passou para o IGCP. Gostava de perceber exatamente quais eram as funções da Dr.^a Maria Luís Albuquerque no âmbito do IGCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Quando foi admitida no IGCP, a Dr.^a Maria Luís Albuquerque foi admitida como coordenadora do Núcleo de Emissões e Mercados (NEM), que era um núcleo que tinha como funções, fundamentalmente, tratar das emissões de dívida pública e acompanhar os mercados da dívida pública e, portanto, todas as vertentes inerentes a essa matéria. Não era um núcleo que tivesse como funções... Não fazia parte das atribuições desse núcleo, sequer, a gestão do risco de taxa de juro da dívida pública.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Drago, tem a palavra.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — No âmbito das suas funções na presidência do IGCP, tem ou teve conhecimento de que em algum momento, enquanto ainda estava no IGCP, a Dr.^a Maria Luís Albuquerque terá tido a perceção do que poderia ser o *dossier* dos contratos *swap*, as suas implicações, os seus riscos especulativos e o que isso poderia significar no futuro em termos de encargos para os contribuintes?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmento Azevedo Soares: — Não tenho elementos que me permitam responder. Não tenho informação que me permita responder.

É evidente que se trata de matéria que, como o outro Sr. Deputado mencionou há pouco, pode ter sido tratada informalmente, mas nunca houve, do ponto de vista formal, nenhum despacho, orientação ou reunião, sequer, onde o IGCP estivesse envolvido que permitisse tirar conclusões sobre essa matéria.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Drago, tem a palavra.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Pergunto-lhe isto porque tivemos relatos, alguns na terceira pessoa, que indicam que, aquando da transição de pastas, na reunião entre o ex-Ministro Teixeira dos Santos e o novo Ministro Vítor Gaspar, o Ministro Vítor Gaspar terá afirmado que a Sr.^a Secretária de Estado Maria Luís Albuquerque teria uma particular preocupação em relação aos contratos *swap* que tinham sido estabelecidos pela Metro do

Porto, uma informação que depois foi reiterada pelo ex-Secretário de Estado Costa Pina. Portanto, tudo indica que, aparentemente, haveria alguma informação em relação à contratação de *swaps* por empresas do setor empresarial do Estado.

Passo agora ao segundo argumento que aqui foi apresentado.

A atual Ministra das Finanças, então Secretária de Estado, quando esteve nesta Comissão disse que quando entrou nas suas novas funções governativas e herdou o despacho n.º 896/2011, de 9 de junho, que vinha do ex-Secretário de Estado Costa Pina, entendeu que o caminho que era estabelecido nesse mesmo despacho não seria o caminho adequado e que, portanto, o IGCP seria a instituição adequada para fazer a gestão do *dossier* dos contratos *swap*.

Gostava de saber quando é que o IGCP foi contactado pela tutela, durante o seu mandato, para vir a assegurar estas mesmas competências.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmento Azevedo Soares: — Para o IGCP assumir essas competências, era necessário — como veio a ocorrer já posteriormente à minha saída, mas eram trabalhos que estavam em curso — alterar os Estatutos do IGCP, o que aconteceu mais tarde — já não me recordo da data exata, mas julgo que em setembro de 2012.

Seja como for, com a configuração estatutária que o IGCP tinha, não era possível a intervenção do IGCP nessa matéria e não veio a acontecer efetivamente. O IGCP tinha competências para prestar apoio técnico, consultadoria, mas não tinha competências que fossem para além disso. Portanto, não houve qualquer contacto formal ou decisão formal no sentido

de o IGCP tratar essa questão ou abordá-la, sequer. Nem podia haver porque estatutariamente não era possível.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Drago, tem a palavra.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Então pergunto-lhe quando é que a Sr.^a Secretária de Estado contactou o IGCP no sentido de anunciar que tinha a orientação ou a vontade política de vir a fazer uma alteração dos Estatutos do IGCP que lhe permitisse conferir essas mesmas competências na gestão dos *dossiers swap*.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmento Azevedo Soares:— Quando é que contactou?... O que posso dizer é que na alteração de estatutos que estava a ser discutida, nos vários projetos e nos vários *drafts* que andaram para cá e para lá, essa questão estava contemplada, mas nunca veio a ser formalizada finalmente, a não ser já depois da minha saída, com os novos estatutos do IGCP, que o transformaram numa agência, numa EPE. Portanto, já foi posterior.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr. Doutor, temos informação de correspondência trocada com o então Diretor-Geral do Tesouro e Finanças que indica que a Sr.^a Secretária de Estado tinha, desde o primeiro momento, a intenção de passar a gestão deste *dossier* para o IGCP. Ora, temos aqui uma dificuldade, porque esta troca de correspondência é de junho/julho de

2011 e a alteração dos estatutos do IGCP só acontece a 27 de agosto de 2012.

Por isso, tenho de fazer-lhe esta pergunta: colocou o senhor, enquanto presidente do IGCP, alguma dificuldade, dúvidas ou reticências na alteração dos estatutos do IGCP que levassem a que o Ministério demorasse um ano a fazer esta alteração de competências?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares:— Não. Suponho que terá sido um processo normal de alteração dos estatutos. Havia matérias complexas que tinham de ser reguladas.

Se me perguntar porque é que demorou tanto tempo a alteração dos estatutos do IGCP — até posso dizer-lhe que já vinha de trás — não saberei dizer-lhe; é o processo de vaivém que estas coisas têm. Mas não houve nenhuma dificuldade específica relacionada com esta matéria.

É natural que tenha havido — não tenho memória, até porque não tenho coisas escritas sobre isso — trocas de impressões sobre a possibilidade de esta matéria transitar para o IGCP, mas não houve nenhuma dificuldade específica relacionada com isso. Só que o IGCP não tinha atribuições estatutárias que lhe permitissem agarrar o problema na sua globalidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, para dizer a verdade, já estou quase esclarecida. Ou seja, compreendemos que, apesar de aparentemente muito cedo estar definida, na cabeça da Sr.^a Secretária de

Estado, a ideia de que deveria ser o IGCP, pelas suas competências técnicas, a lidar com o *dossier swap*, o facto de não haver competências legais obrigaria à alteração dos estatutos do IGCP. Mas não houve aqui nenhum processo expedito de alteração dessas mesmas competências, o que explica porque demora mais de um ano a fazer essa alteração de competências que permitiria, então, ao IGCP tratar estas matérias.

A última questão que quero colocar-lhe tem a ver com o facto de no relatório da StormHarbour — creio que sabe a que relatório me refiro, um relatório feito por uma *boutique* financeira, encomendado pelo IGCP —, ser feita uma referência a um contrato estabelecido pela Metropolitano de Lisboa, com a data de início de contrato em 2012. Queria perguntar-lhe especificamente se tem memória de haver algum pedido de autorização ao IGCP no que toca à contratualização de um novo *swap* ou se poderemos estar apenas diante de uma gralha no quadro da StormHarbour. É que refere — é verdade que já fica fora do seu mandato —, em 4 de agosto de 2012, um contrato *swap* da Metropolitano de Lisboa com a Goldman Sachs.

Quero, portanto, perguntar-lhe se houve algum pedido de parecer prévio em relação ao estabelecimento de um novo contrato ou se poderá tratar-se apenas de uma gralha desta listagem.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Enquanto estive no IGCP não chegou nenhum pedido de parecer prévio sobre esse contrato da Metropolitano de Lisboa, que eu tenha memória.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Por último, pela experiência, talvez única, que teve à frente do IGCP com a colocação da dívida pública, queria perguntar-lhe o seguinte: num Governo com dificuldades de financiamento e de acesso aos mercados, com um conjunto de empresas que sucessivamente vão entrando dentro do perímetro do défice do Estado, perante uma análise inicial, e por grosso, de responsabilidades financeiras no setor empresarial do Estado que podem ascender a 1200 milhões de euros — como é indicado à Sr.^a Secretária de Estado no dia 29 de junho, no dia seguinte à sua tomada de posse —, qual teria sido o grau de urgência na resolução deste problema ou em encarar este problema, dadas as diferentes frentes que o novo Governo teria na altura?

Portanto, qual é o grau de urgência que, no seu entender, deveria ter sido dado a este *dossier*?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Mais uma vez, não tenho nem tinha informação suficiente sobre todas essas questões que me permitissem priorizá-las ou hierarquizá-las em termos de grau de urgência. Não tinha informação suficiente, nem sei se haveria, na altura, uma perceção global do que é que estava em causa; também não sei. Portanto, podia haver uma perceção de risco crescente, mas não sei se, na altura, havia uma perceção global sobre o que é que estava em causa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Mesmo para terminar, Sr. Doutor, gostaria de reconfirmar as suas palavras para não termos nenhum engano.

Até março de 2012, segundo o que nos disse, não houve uma orientação sobre a avaliação global desta matéria ao IGCP por parte da tutela, não houve um sentido de urgência na alteração das competências e do quadro legal de atuação do IGCP, e, apesar da sugestão de uma reunião das três entidades — IGF, DGTF e IGCP — feita pelo IGF no final de 2011, esta reunião foi travada pela então nova Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, que disse não haver matéria, na altura, para fazer a reunião entre as três entidades.

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares:— Não sei se a reunião foi travada ou não. O IGCP não esteve nessa reunião, se ela teve lugar. Eu, pelo menos, não estive, nem me lembro de ter indicado ninguém para me representar nessa reunião.

Quanto à urgência, admito que existisse, admito que houvesse conversas e trocas de impressões, mas não tenho nenhum documento ou orientação escrita que pudesse dar ao IGCP poderes para começar a intervir diretamente nessa matéria. Como sabe, talvez por uma questão de temperamento, não gosto de me meter onde não sou chamado e, portanto, não havendo formalmente essas atribuições no quadro de competências do IGCP, era difícil este tomar um papel ativo e interveniente numa matéria de um ponto de vista global, que fosse para além dos tais pareceres pontuais.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Alberto Soares, antes de mais, quero agradecer as respostas que já deu às questões que lhe foram colocadas. Quero dizer-lhe que aproveitamos aqui a sua presença não só para o questionar sobre a sua atuação enquanto presidente do IGCP mas também para recolher alguma informação tendo em conta a sua qualidade de especialista enquanto gestor de crédito público.

Disse o Sr. Doutor que o IGCP, durante o seu mandato, não realizou *swaps* de carácter mais complexo, ou seja, que realizava *swaps* no sentido da simples cobertura de risco da taxa de juro. Na sua opinião, enquanto especialista, é prudente, na gestão do crédito público, a realização somente deste tipo de instrumentos financeiros, de carácter mais simplista?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares:— Não tenho dúvidas de que é prudente e aconselhável, porque é adequado aos objetivos. Tudo depende dos objetivos da gestão financeira.

No caso concreto, a dívida pública era emitida fundamentalmente — não exclusivamente, mas fundamentalmente — a taxa fixa e, portanto, o que se justifica são *swaps* de gestão de risco de taxa de juro que convertam, se as circunstâncias o aconselharem, essa taxa fixa em taxa variável. Mais do que isso pode já não se adequar aos objetivos de gestão de risco da taxa de juro e não parece prudente nem aconselhável.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — O Sr. Doutor referiu aqui que, pontualmente, foi pedido ao IGCP parecer sobre a realização de *swaps*, nomeadamente pela EGREP, em que foi recusado o visto, ou melhor, houve um parecer negativo relativamente à realização desse tipo de operações.

Posso deduzir que, de acordo com esses objetivos de cobertura de risco de taxa de juro, os *swaps* que iam ser realizados pela EGREP não visavam simplesmente a cobertura desse risco, tinham um risco inerente demasiado elevado para a cobertura que tinham como fim?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmento Azevedo Soares: — Já não tenho presentes exatamente os termos do parecer do IGCP e os termos da operação da EGREP em concreto — há outras —, mas tenho ideia de que, se não me engano, estavam em causa riscos que se não justificavam face aos objetivos da operação. E terá sido por isso que o IGCP deu um parecer no sentido de a operação não ser realizada. Refiro-me a esta operação em concreto, porque há outras a cuja concretização o IGCP não se opôs.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Quer dizer que posso concluir, «especulando» um bocadinho, que se na maior parte das operações que foram realizadas pelas empresas do setor empresarial do Estado tivesse sido pedido um parecer prévio ao IGCP, muito provavelmente, teria sido recusado o parecer positivo?

O Sr. Presidente: — Faça o favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não posso especular sobre isso, não faço a mínima ideia. Depende de cada operação, dos objetivos que se pretendiam alcançar com cada operação. Refiro também, como o IGCP referiu em muitos dos pareceres que deu, que nem sempre o IGCP tinha as competências e as valências técnicas necessárias para avaliar as operações, tendo em conta a complexidade que as mesmas apresentavam.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Pelas respostas que deu anteriormente, é óbvio que tudo o que fosse além da simples cobertura do risco da taxa de juro não seria aconselhável, numa ótica de prudência da gestão do crédito público

O Sr. Presidente: — Faça o favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Na gestão da dívida pública, sim.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sr. Doutor, já referiu aqui, várias vezes, que havia uma manifesta falta de meios técnicos da parte do IGCP para avaliar a realização deste tipo de contratos por parte do setor empresarial do Estado. Na sua opinião, foi correta a opção feita no

sentido de contratar consultores externos especialistas para avaliar rigorosamente a situação da carteira que estava pendente em termos deste tipo de operações?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Sim, é uma solução a que se recorre quando internamente não se tem os meios necessários. E o IGCP, em vários dos pareceres que emitiu ao longo do tempo, salientou que não tinha valências técnicas para avaliar determinadas estruturas. Portanto, é natural que se tenha recorrido a especialistas exteriores para fazerem isso.

O Sr. Presidente: — Faça o favor, Sr. Deputado Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Na sua opinião enquanto especialista, a análise e uma eventual renegociação deste tipo de contratos carece, penso, de alguma prudência e de algum cuidado.

Penso que, em dezembro de 2011, o IGCP deu um alerta para a necessidade de se tentar ter algum cuidado na forma de atuar relativamente a tomadas de posições sobre os contratos que estavam em vigor, em aberto. Na sua opinião, foi prudente, ou não, antes de se avançar para uma tentativa de renegociação com os bancos a quem foram contratadas estas operações, fazer uma análise cuidada, criteriosa, ou seja, fazer-se uma avaliação global da carteira antes de se iniciar um processo de negociação, sob pena de estarmos a abrir precedentes que mais tarde poderiam prejudicar outro tipo de negociações?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Estamos em matéria de opinião. Diria que, no plano metodológico, abstrato, obviamente que uma avaliação da situação e dos contornos que ela tinha e dos diferentes aspetos envolvidos é um ponto de partida necessário para se poder, depois, tentar desatar o nó.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Então, utilizando as suas palavras, na sua opinião, antes de se começar a desatar o nó, há que fazer um ponto da situação, e um ponto da situação global, de todos os contratos em aberto relativamente a estes instrumentos de gestão de risco financeiro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Esse é um princípio meramente metodológico. Diria que sim, que se estivesse confrontado com uma situação dessas, queria ter um ponto da situação, como princípio profissional, ou seja, não começar a tomar ações sem ter uma ideia do que é efetivamente a situação.

É uma mera opinião.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Mas concorda que a avaliação deste tipo de instrumentos financeiros é uma situação complexa,

que demora algum tempo e que foi feita uma metodologia apropriada? E paralelamente teve de ser feita a alteração dos estatutos do IGCP, porque, como referiu, e muito bem, aparentemente o IGCP não tinha competências para atuar sobre esta área de contratos feitos pelo setor empresarial do Estado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — É óbvio que se trata de uma situação complexa e que exige ser abordada com todas as cautelas. Mas, mais do que isso, já não posso dizer. Se a metodologia seguida foi ou não a adequada, já não posso pronunciar-me sobre isso, porque não tenho conhecimento do que foi feito. O que sei é o que vem nos jornais, nem conheço o relatório que foi produzido.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Mais uma vez reforçando a palavra «prudência», concorda ou não com a alteração feita aos estatutos do IGCP, no sentido de conferir a este competências e respetivo mandato, de modo a que este organismo passe a assumir as posições de gestão da carteira de *swaps* de todas as empresas públicas?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Na minha opinião, é um desenvolvimento adequado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Se acha que é o estatuto adequado, quer dizer que agora o Estado tem meios de controlo interno mais apropriados do que no passado, no sentido de evitar a realização deste tipo de contratos no futuro?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não sei se está em causa evitar ou não evitar, mas penso que é importante que este tipo de contratos — e estamos no domínio da opinião — passe pelo crivo de uma entidade que tenha as valências técnicas adequadas para os analisar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Obviamente, será sempre importante esse tipo de contratos passar por algum crivo e não estar só subjacente de uma deliberação de um conselho executivo das empresas públicas, não é verdade?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — É uma questão de critério. Pode haver empresas públicas que tenham essas valências, essas competências — não sei, mas pode acontecer — e que dispensem a intervenção de outras. Mas acho que é importante haver a intervenção de

uma entidade com competências e valências técnicas próprias nessa matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — É pouco credível que, se o próprio IGCP não tinha essas valências técnicas, as empresas possam tê-las, no sentido da avaliação de todos os riscos inerentes e todas as responsabilidades contingentes relativamente à realização desses contratos.

Para terminar, na sua opinião, e como técnico, quando estamos a falar de um valor de contratos *swap* de um montante superior ao valor da dívida da própria empresa, como foi o caso do Metropolitano de Lisboa, claramente aí não existe uma preocupação só de cobertura de risco de taxa de juro, ou seja, existe claramente uma posição especulativa em relação à realização desses contratos, porque não está a cobrir nenhum risco mas, sim, a assumir um risco potencial, que poderá depois ter resultados positivos ou negativos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não conheço esse contrato especificamente, não sei o que está subjacente e os objetivos que se propunham alcançar. Só depois de se conhecerem esses elementos, será possível alguém pronunciar-se tecnicamente sobre a adequação da estrutura adotada.

O IGCP tinha — e suponho que tem, mas já não é da minha competência — como princípio só fazer contratos com subjacente dívida

pública e, portanto, não fazer contratos com outros nocionais que não fossem especificamente os de dívida pública.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Só por curiosidade, naqueles pedidos de pareceres relativamente a alguns *swaps* que foram realizados, as empresas mandavam a ficha técnica do produto, mandavam uma informação da própria empresa, mandavam os contratos? Que tipo de informação é que era enviada para o IGCP no sentido da emissão desse parecer?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — As empresas não pediam os pareceres diretamente ao IGCP. Chegavam ou via tutela ou via DGTF. E normalmente enviavam as fichas técnicas associadas à operação. E, muitas vezes, seguia-se um processo em que o IGCP e a área financeira da respetiva empresa trocavam informações ou verbais ou mesmo por envio de documentação.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Quando está a referir-se à tutela, está a referir-se...

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Ao gabinete do Secretário de Estado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Quer dizer que o gabinete do Secretário de Estado sabia da realização desses contratos ou de alguns...

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Em alguns casos, o pedido de parecer — nem sei se os contratos chegaram a ser realizados, não faço a mínima ideia — vinha ou da tutela ou da DGTF.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, terminou?

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Boa tarde, Sr. Dr. Alberto Soares, vou fazer-lhe uma pergunta no seguimento de uma outra feita pela Sr.^a Deputada Ana Drago.

Confirma que a Dr.^a Maria Luís Albuquerque, quando era funcionária do IGCP, não tinha qualquer competência ou pelouro relacionado com as empresas públicas?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — O IGCP não tinha qualquer competência relacionada com as empresas públicas. Portanto, nenhuma estrutura dentro do IGCP podia ter.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Faço-lhe esta pergunta, Dr. Alberto Soares, porque temos na nossa posse um *e-mail*, com a data de 6 de maio de 2011, enviado às 3 horas e 2 minutos por Maria Luís Albuquerque ao Dr. Ferreira de Melo, que era o responsável financeiro da Metropolitano de Lisboa.

Ora, como este *e-mail* foi enviado em nome do IGCP, gostava de perguntar-lhe se, enquanto funcionária do IGCP, no dia 6 de maio, a Dr.^a Maria Luís Albuquerque enviou este *e-mail* dentro das competências que lhe estavam atribuídas no IGCP ou não.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmento Azevedo Soares: — Podia acontecer que, na sequência dos tais pedidos de parecer pontuais que recebíamos via tutela ou via DGTF, houvesse depois, como há pouco acabei de referir, troca de informações com as próprias estruturas financeiras da empresa, isto é, entre o IGCP e a empresa pública em causa. E isso era especificamente sobre as estruturas que nos eram submetidas para parecer, e não mais do que isso.

Portanto, admito — mas não faço a mínima ideia, porque não sei do que está a falar — que isso tenha sido no âmbito de um pedido de parecer que tenha sido feito ao IGCP sobre uma estrutura de financiamento. Suponho que não terá a ver com *swaps* mas, sim, com financiamento.

É que o IGCP tinha competências em financiamentos com garantia do Estado. Mesmo que fossem de empresas públicas, tinha competências em financiamentos que implicassem o aval do Estado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Dr. Alberto Soares, faço-lhe esta pergunta porque, em resposta a este *e-mail* de Maria Luís Albuquerque, enviado no dia 6 de maio de 2011, quando Maria Luís Albuquerque já era cabeça-de-lista do PSD às legislativas pelo distrito de Setúbal — este pedido é feito a uma empresa pública, repito, ao Dr. Ferreira de Melo —, depois, no dia 10 de maio de 2011, às 9 horas e 46 minutos, Pedro Felício envia-lhe um *e-mail* a si, onde diz (e vou citar) o seguinte: «Estamos a ser contactados pelas empresas públicas a respeito de um pedido do IGCP sobre as necessidades de financiamento destas para amortização de dívida de curto, médio e longo prazo, nos próximos quatro anos (...)». E depois perguntam se é normal este pedido, uma vez que esta informação está a ser tratada pela DGTF.

No dia 10 de maio, o Dr. Alberto Soares responde, dizendo o seguinte: «Para mim é óbvio que esta informação nos deve ser fornecida pela DGTF. Vou ver o que se passa. Cumprimentos e abraços.»

Portanto, a pergunta que lhe faço é se este pedido feito por Maria Luís Albuquerque, enquanto era sua funcionária no IGCP, está dentro das suas competências, que, como referiu há pouco, tinham a ver com dívida pública, e o que é que o Dr. Alberto Soares averiguou no seguimento deste seu *e-mail*. É que, de facto, manifestou estranheza por este pedido de Maria Luís Albuquerque ter sido feito, em resposta ao Dr. Pedro Felício, que foi quem o informou desta matéria. De facto, não foi Maria Luís Albuquerque que o informou que tinha feito estas diligências, foi o, na altura, diretor da DGTF que manifestou estranheza pela chegada deste pedido.

A pergunta que lhe faço é se considera ou não esta atuação de Maria Luís Albuquerque estranha, se considera ou não que está dentro do âmbito das suas funções e, uma vez que o Dr. Alberto Soares diz que vai averiguar o que se passa, o que é que averiguou e se fez algo em relação a esta matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não tenho memória exata do episódio, mas suponho que pode ter havido alguma tentativa de obter essa informação. Mas isso não tem a ver com derivados; tem a ver, pelo que percebo, com necessidades de financiamento.

Portanto, suponho que pode ter havido algum contacto direto com empresas públicas e que eu tenha, na altura, sustido isso e canalizado essa informação para ser obtida através da DGTF, pois parecia-me lógico ser a DGTF a obtê-la.

Agora, sobre isso, nada mais sei dizer.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Mas faz sentido, Dr. Alberto Soares, que uma responsável pela emissão de dívida pública no IGCP faça este pedido diretamente a uma empresa pública — e, segundo me parece (mas pedia-lhe que me confirmasse mais uma vez), algo que não está no âmbito das suas funções —, que a DGTF tenha manifestado estranheza (a DGTF foi contactada por esta empresa pública e disse não perceber o pedido), que o Dr. Pedro Felício o tenha contactado a si e que, aparentemente, o Dr.

Alberto Soares também não tenha percebido o pedido e tenha dito que vai averiguar?

Portanto, volto a perguntar-lhe se é normal, se há registo de outros casos destes e à luz de que competência que tinha sido atribuída a Maria Luís Albuquerque é que ela solicita esta informação às empresas públicas, nomeadamente à Metropolitano de Lisboa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmento Azevedo Soares: — Enquanto responsável pelo núcleo de emissões e mercados, uma das necessidades de informação tem a ver com as necessidades de financiamento do Estado num horizonte temporal relativamente alargado. E essas necessidades de financiamento do Estado são um elemento importante e fundamental para se preparar o programa de financiamento para cada um dos trimestres.

Admito — mas, como lhe disse, não tenho memória exata do episódio — que houvesse a preocupação de ter uma ideia exata, visto que algumas empresas estavam em vias de passar para o perímetro do Estado e, portanto, poderem afetar as necessidades de financiamento do Estado.

Admito que houvesse alguma preocupação com isso e que possa ter havido um contacto direto com algumas empresas sobre esse objetivo.

Se foi assim, sustive imediatamente essa tentativa de fazerem contacto direto com as empresas por a via normal que me parecia correta ser a DGTF.

O Sr. Presidente: — Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Portanto, o Dr. Alberto Soares acabou de dizer que a via normal não era esta. Foi isso que acabou de dizer?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmento Azevedo Soares: — Sr. Deputado, sim, a via normal de obtermos informações sobre as empresas públicas era através da DGTF.

Mas também não vejo que seja uma questão por aí além, porque nem sequer dizia respeito aos derivados mas, sim, a necessidades de financiamento, o facto de ter havido uma tentativa de obter essa informação. Isto são coisas que na vida das organizações acontecem correntemente, não vejo que seja uma questão por aí além. Mas, enfim, esse episódio, do qual não me recordo, a evolução que teve, naturalmente foi essa informação ser obtida através da DGTF.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — É que o pedido de Maria Luís Albuquerque diz respeito ao período todo até ao final do programa de ajustamento.

E a estranheza é que alguém que não é era responsável máxima do IGCP, que não era secretária de Estado, que naquela altura era funcionária do IGCP e cabeça de lista do PSD pelo distrito de Setúbal, tenha solicitado a empresas públicas uma informação por vias que o Dr. Alberto Soares considerou não normais.

Segundo o seu *email* de 10 de maio,...

Protestos do Deputado do PSD Carlos Santos Silva.

O Sr. João Galamba (PS): — ... disse — e vou voltar a citar o *e-mail* do Dr. Alberto Soares: «Para mim, é óbvio que esta informação nos deve ser fornecida pela DGTF. Vou ver o que se passa».

O que concluo deste seu *email* é que, também em resposta à comunicação recebida da DGTF, o Dr. Alberto Soares — à altura Presidente do IGCP, portanto superior hierárquico de Maria Luís Albuquerque — estranhou que uma funcionária sua, que não tinha competências diretas nesta área, tivesse pedido diretamente uma informação não se percebe à luz de que competência detida no IGCP — o senhor, mais tarde, considera isso estranho.

Quando a Dr.^a Maria Luís Albuquerque, a atual Ministra de Estado e das Finanças, voltar a esta Comissão de Inquérito confrontá-la-emos com esta informação.

Dr. Alberto Soares, o despacho de 9 de junho de 2011 do Secretário de Estado Dr. Costa Pina atribui à DGTF, ao IGCP e à Caixa Geral de Depósitos responsabilidades na gestão deste processo. Pelas declarações que já foram feitas,...

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Desculpe, é o despacho de quando?

O Sr. João Galamba (PS): — Refiro-me ao despacho de 9 de junho de 2011, o despacho n.º 896.

A Inspeção-Geral de Finanças foi incumbida, em articulação com o IGCP e a DGTF, de proceder à avaliação dos impactos — há vários

números que referem isto. Ou seja, um despacho, basicamente, atribuiu à DGTF, ao IGCP e à IGF responsabilidades nesta matéria.

Há pouco, o Dr. Alberto Soares disse aqui que, desde que este Governo entrou em funções até ao final do seu mandato, o IGCP não teve qualquer atuação, nem no que respeita a levantamentos de dados, nesta matéria. Confirma isto?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmento Azevedo Soares: — Sr. Deputado, repito: não posso dizer que não teve qualquer atuação.

Em primeiro lugar, teve atuação nos casos pontuais que lhe foram submetidos; em segundo lugar, é natural que esta matéria tenha sido conversada, mas não há nenhum documento formal, não há nada formalizado sobre isso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, não havendo nenhum despacho que revogue, que substitua ou que acrescente o despacho que referi, posso concluir que entre o início de funções deste Governo e, pelo menos, até ao final do seu mandato (março de 2012) este despacho não foi cumprido. Não estou a dizer que foi por responsabilidade do IGCP, mas, no que respeita àquilo que era determinado neste despacho e que envolvia o IGCP, nada foi feito, nada daquilo que este despacho determinava foi concretizado.

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Sr. Deputado, queria referir duas coisas.

Em primeiro lugar, o despacho determinava que o IGCP deveria emitir parecer prévio a estas operações. Até ao final do meu mandato, nenhuma entidade pediu parecer prévio.

Em segundo lugar, o despacho determinava à IGF que fizesse esse levantamento e esse trabalho em articulação com o IGCP. O IGCP nunca foi contactado nem pela IGF, nem pela DGTF, para fazer esse trabalho.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Doutor, nós temos a informação de que, em outubro de 2011, a DGTF apresentou uma proposta para dar cumprimento ao despacho n.º 896/2011, do Secretário de Estado Costa Pina, e que a Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro na altura suspendeu esse pedido, dizendo que não lhe dava cumprimento, porque todas as responsabilidades em matéria de *swaps* seriam atribuídas ao IGCP. Ou seja, o despacho não foi cumprido. Tendo sido solicitado à Secretária de Estado do Tesouro que desse cumprimento ao despacho, ela não o fez, justificando que isso seria da responsabilidade do IGCP, mas, até à data da sua saída do IGCP, essa responsabilidade não foi atribuída.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não, não foi.

O Sr. Presidente: — A resposta está dada. O Sr. Deputado quer continuar?

O Sr. João Galamba (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sendo que o despacho de junho de 2011 do Secretário de Estado Costa Pina determinava que fosse enviada toda a informação para o IGCP, tem alguma informação sobre *swaps* da REFER cancelados em julho de 2011, mais concretamente no dia 28 de julho de 2011?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Não, esses *swaps* não foram submetidos ao IGCP, que me recorde. Mas quase de certeza que não.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Faço-lhe esta pergunta, porque, como o despacho determina que as entidades responsáveis pela gestão do caso dos *swaps* são o IGCP, a IGF e a DGTF, estranho que numa data posterior a este despacho tenham sido cancelados *swaps* da REFER.

Este Governo demorou dois anos a cancelar os *swaps* todos, mas menos de um mês a cancelar alguns *swaps* da REFER. Ora, como esta também era da responsabilidade do IGCP e não teve qualquer conhecimento disto, concluo, portanto, que este cancelamento de *swaps* foi feito à revelia do despacho à data em vigor.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — O despacho n.º 839 — julgo que é esse o número — não atribui essas responsabilidades que diz ao IGCP, atribui o parecer prévio para a realização desse tipo de operações. Esse parecer prévio, até março de 2012, nunca foi pedido por nenhuma entidade.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, há aqui um padrão de comportamento que ainda importa, obviamente, deslindar em todos os seus detalhes.

Mas o que sabemos é que Maria Luís Albuquerque contratou *swaps*, enquanto diretora financeira da REFER, deu pareceres sobre *swaps* e contactava diretamente as empresas em causa solicitando informações sobre a sua situação financeira, algo que não decorria das suas competências no IGCP — foi esta a pergunta que lhe fiz inicialmente.

Ao contrário do que disse a ex-Secretária de Estado, ela foi informada no dia 29 de junho pelo ex-Diretor-Geral da DGTF e, depois, em julho, por escrito, em *e-mails* que esta Comissão de Inquérito já tem.

Nessa troca de *e-mails*, que esta Comissão já tem, consta, em anexo, informação detalhada sobre todos os contratos, informação que a ex-Secretária de Estado e atual Ministra de Estado e das Finanças nega ter existido, mas existia e foi-lhe dada em julho. E, estranhamente, cancelou todos os *swaps* só ao fim de dois anos, ou seja, em 2013, mas há um conjunto de *swaps*, curiosamente da empresa onde a própria Maria Luís Albuquerque trabalhou, que foram cancelados um mês após tomar posse sem que se conheça a razão porquê.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Portanto, temos aqui, de facto, um padrão de comportamento que podemos atribuir a Maria Luís Albuquerque, atual Ministra de Estado e das Finanças, que estranhamente, ao contrário do que dizia o despacho do Secretário de Estado Costa Pina, foi feito ao abrigo não se sabe bem de quê.

O Sr. Presidente: — Faça favor de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Queria só confirmar o seguinte: até à data da sua saída, não foi feito nada no IGCP? Não houve informação? Não houve recolha de informação? Não houve nada?

O Sr. Dr. Alberto Sarmento Azevedo Soares: — Que me recorde, não.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Adão Silva (PSD): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado do Partido Socialista demorou cerca de metade do seu tempo de intervenção em torno de uma troca de *e-mails*.

Esta Comissão não tem os *e-mails* a que o Sr. Deputado conferiu tamanha importância e nós temos todo o interesse em tê-los. Portanto, o Sr. Presidente fará o favor de diligenciar nesse sentido.

O Sr. Presidente: — A interpelação à Mesa do Sr. Deputado Adão Silva não precisa de ser reproduzida. É no sentido de o Sr. Deputado João Galamba fazer chegar à Mesa, se o Sr. Deputado não tiver outro entendimento, os *e-mails* a que se referiu nas suas perguntas.

Tal pode ser feito, Sr. Deputado?

O Sr. João Galamba (PS): — Certamente, Sr. Presidente. Essa informação será enviada com a maior brevidade.

O Sr. Presidente: — Pergunto se a entrega pode ser feita ainda no decurso da presente reunião.

Pausa.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado João Galamba disse que enviaria a informação tão prontamente quanto possível

ou de imediato. Gostaríamos de perceber qual é a temporalidade inerente a essa expressão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Nos próximos 3 minutos, Sr. Presidente.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Também para uma interpelação à Mesa, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, suponho que numa Comissão de Inquérito haja algumas regras em relação à prova. E esses *e-mails* podem ter um papel importante.

Por isso, gostaríamos só de confirmar, depois da entrega dos *e-mails*, que a fonte dos mesmos é o próprio remetente, porque, como calcula, a veracidade ou a não veracidade é importante, pelo que será relevante sabê-lo.

No Sr. Deputado João Galamba confio de olhos fechados, mas em todo o caso é importante perceber qual é a fonte dos referidos *e-mails*.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Cecília Meireles, por essa parte a Mesa já não pode responder. Se o Sr. Deputado João Galamba entender responder a essa sua pergunta, ela está feita.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra, para fazer um requerimento oral.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, foi aqui dito pelo Dr. Alberto Soares que o IGCP deu um parecer desfavorável a um contrato *swap* da EGREP em junho de 2008.

Curiosamente, a EGREP apenas fez um contrato *swap* em janeiro de 2009, o qual foi cancelado em 13 de junho com um prejuízo de 122 milhões de euros. Portanto, gostaríamos de analisar o parecer desfavorável do IGCP e de confrontá-lo com o contrato *swap* da EGREP para ver se se trata da mesma matéria.

Nesse sentido, queríamos solicitar que se pedisse ao IGCP, com caráter de urgência, cópia de todo o material relativo ao parecer desfavorável dado pelo IGCP, em junho de 2008, a um contrato *swap* da EGREP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o requerimento verbal ficou apresentado. Entretanto, logo que os documentos cheguem, mandá-los-ei distribuir.

Creio que estamos em condições de passar à segunda ronda

Tem novamente a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles, se a pedir.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, então vou perguntar se querem usar da palavra seguindo a ordem das possíveis intervenções.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, não estou a compreender: vai haver uma segunda ronda ou não?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, estamos na segunda ronda, mas a Sr.^a Deputada Cecília Meireles prescindiu de intervir.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, também estamos disponíveis para prescindir visto que as informações prestadas pelo Dr. Alberto Soares foram muito mais do que esclarecedoras na primeira ronda e satisfazem-nos plenamente.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Uma vez que a Sr.^a Deputada Ana Drago manifesta vontade no mesmo sentido, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PS): — Sr. Presidente, quero apenas colocar uma pergunta relativamente ao *e-mail* de 2011, ao qual, aparentemente, foi dado um carácter de exceção, tendo sido referido como esquisito, tendo sido perguntado porque é que houve esse *e-mail*.

Penso que o Sr. Dr. Alberto Soares levantou um bocadinho o véu relativamente à eventual razão da existência de um *e-mail* deste carácter.

Temos de contextualizar a data. Estamos em maio de 2011, estamos a cerca de um mês das legislativas e à atual Ministra de Estado e das Finanças certamente nem lhe passaria pela cabeça que um dia seria Secretária do Estado do Tesouro, que teria responsabilidades governamentais.

Vamos pensar no momento. É assim: estamos numa altura em que foi feito um pedido de ajuda externa e em que o *rating* da República Portuguesa teria, obrigatoriamente, um *downgrade* e, obviamente, as empresas públicas teriam, no futuro, mais dificuldades em obter financiamento junto da banca internacional e da banca comercial nacional.

O Dr. Alberto Soares acha que é totalmente descabido, por parte do IGCP, saber quais as necessidades de tesouraria futura das empresas públicas, porque, muito provavelmente, essas necessidades de tesouraria, que até então teriam sido cobertas através de recurso direto à banca comercial nacional e internacional, teriam obrigatoriamente de ser realizadas via IGCP. Acha anormal a existência desse pedido de informações?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. Alberto Sarmento Azevedo Soares: — Não quero estar a classificar de normal ou de anormal. Acho que nas organizações estas coisas acontecem.

O processo formal de obtenção de informações sobre as empresas públicas para o IGCP, do meu ponto de vista, dado o contexto na altura, seria através da DGTF. Não atribuo um carácter particularmente grave ao facto de ter havido um pedido direto por quem tinha a responsabilidade de fazer as projeções de financiamento.

O Sr. Dr. Virgílio Macedo (PSD): — Ou seja,...

O Sr. Presidente: — Só lhe peço uma coisa, Sr. Deputado: nesta ronda, coloque as questões todas que entender e o Sr. Doutor responderá no final.

O Sr. Dr. Virgílio Macedo (PSD): — Sim, peço desculpa.

Para terminar — o Sr. Presidente tem razão —, pergunto se se trata de gestão corrente, se tem a ver com o funcionamento corrente de uma entidade, ou se poderá ser considerado como tal, haver uma agilização de processos no sentido de obter rapidamente essa informação. É que havia dificuldades por parte das empresas em obter financiamento diretamente junto da banca comercial internacional, como eu disse, e por isso seria urgente o IGCP ter conhecimento dessas necessidades de financiamento no sentido de fazer o seu planeamento de obtenção de fundos junto do mercado.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o cronómetro não estava a correr, mas o seu tempo terminou.

Faça favor, Sr. Doutor, se o entender.

O Sr. Dr. Alberto Sarmento Azevedo Soares: — Só para dizer que não posso dizer muito mais sobre isto.

Era lógico que a obtenção da informação sobre as empresas públicas, no contexto em que estávamos na altura, fosse feita através da DGTF.

Não me parece muito estranho que, num processo de preparação, possa ter havido um contacto direto com uma empresa pública. Foi uma

coisa que se corrigiu na altura, segundo me lembro, mas não me parece particularmente grave.

O Presidente: — Se os Srs. Deputados do PS não desejarem intervir nesta ronda, dou por concluída a nossa reunião de hoje.

Agradeço a participação de todos os Srs. Deputados, muito em especial a do nosso interlocutor de hoje.

O Sr. Adão Silva (PSD): - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à mesa. O Sr. Deputado João Galamba foi tão perentório nos 3 minutos.

Não tenho uma exigência cronológica dessa maneira. O Sr. Deputado é que foi tão perentório que agora gostava de me conformar com os 3 minutos, mas não posso. Portanto, salvo melhor opinião, V. Ex.^a não pode dar por terminada esta reunião. V. Ex.^a compreenderá que, quando um partido com a responsabilidade que tem o Partido Socialista, demora metade do seu tempo, 8 minutos, a interpelar sobre uma matéria concreta usando uma troca de *e-mails*, não se pode encerrar esta sessão sem fazermos uma avaliação desses *e-mails*, nem que seja necessário suspender durante algum tempo esta reunião.

O Sr. Presidente: — Parece que a sua resposta vem a caminho, Sr. Deputado Adão Silva.

Pausa.

Srs. Deputados, o documento está a ser fotocopiado.

Pergunto ao Sr. Deputado Adão Silva, que interpelou a mesa, se deseja que, em todo o caso, a reunião termine ou se aguardamos pela distribuição do documento. Ele já foi entregue na mesa, pelo que agora trata-se da sua distribuição.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, aguardamos que o documento seja distribuído e, já agora, gostávamos de ter uma clarificação. Depois, logo veremos se suspendemos ou não a reunião.

O Sr. Presidente: — Com certeza.

Srs. Deputados, pergunto se têm alguma objeção em dispensar o nosso interlocutor.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Gostávamos que a reunião se mantivesse com o nosso interlocutor, dado que ele também é mencionado num dos *e-mails*. Falo por mim, ele falará por ele, mas penso que terá todo o interesse em que esta matéria se aclare. Mas ele, obviamente, decidirá.

O Sr. Presidente; — Vamos, então, aguardar um pouco.

Pausa.

Srs. Deputados, os textos em causa, de acordo com o meu despacho, são para serem distribuídos exclusivamente aos Srs. Deputados.

Pausa.

Sr. Deputado Adão Silva, faça favor.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, não sei como é que enquadramos esta questão no âmbito do nosso Regulamento, mas quero fazer uma pergunta ao Sr. Dr. Alberto Soares.

O Sr. Presidente: — Com sensatez, Sr. Deputado. Está criada uma questão superveniente e vamos fazer uma última ronda de perguntas que não tinha sido esgotada há pouco.

Dou-lhe, portanto, a palavra no quadro de uma segunda ronda de questões e só voltarei e a dar palavra ao Sr. Doutor depois de saber se mais algum Sr. Deputado quer usar da palavra nesta circunstância.

Faça favor, Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — V. Ex.^a não vai primeiro averiguar se alguém quer fazer perguntas?

O Sr. Presidente: — Alguém mais deseja intervir neste momento?

Pausa.

O Sr. Deputado João Galamba também pediu a palavra.

A Sr.^a Ana Drago (BE): - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Queria fazer uma interpelação à mesa.

A inscrição nesta ronda será para fazer perguntas ao Dr. Alberto Soares, porque se houver questões sobre a veracidade de documentos, as metodologias de trabalho nesta Comissão trata-se de uma outra ordem de discussão e, portanto, não é inscrição numa ronda de perguntas para fazer uma intervenção sobre a condução dos trabalhos.

O St. Presidente: — Sr.^a Deputada, não posso estar no vosso espírito. Portanto, não sei qual é a orientação que os Srs. Deputados que pedem a palavra querem dar à intervenção que eventualmente queiram fazer. Não posso substituir-me ao vosso critério.

A Sr.^a Deputada Cecília Meireles pediu a palavra para que efeito?

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, nos mesmos termos em que a Sr.^a Deputada Ana Drago usou da palavra e para concordar, aliás, com o que foi dito. Por vezes também acontece o CDS e o BE estarem de acordo.

Penso que podemos discutir temas que tenham a ver com a condução dos trabalhos e a veracidade de documentos sem a presença de convidados, que terão toda a simpatia por nós, mas que se dispensarão de ouvir. Nesse sentido, não intervenho nesta ronda.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, volto então a colocar uma questão prévia.

Pergunto aos Srs. Deputados se, depois de terem lido o documento que foi distribuído, consideram que o nosso convidado pode ainda ser útil às intervenções que vão fazer. Se o entenderem, será colocada uma questão ao convidado.

Talvez seja preferível que eu faça a inscrição de todos os Deputados que têm direito a inscrever-se, sem prejuízo de que quem entender não usar da palavra prescindir dela.

Estão de acordo com esta metodologia?

Pausa.

Então, tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, nós mantemos o registo.

E como foi o Sr. Deputado Virgílio Macedo que há pouco colocou perguntas ao Sr. Doutor, será o Sr. Deputado Virgílio Macedo que fará estas perguntas.

O Sr. Presidente: — Então, assim será.

Faça favor, Sr. Deputado Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Dr. Alberto Soares, estive a ver estes *e-mails* — o Sr. Doutor também os tem — e parece-me que são *e-mails* de gestão de trabalho corrente no âmbito do IGCP. Ou seja, estamos a discutir nada. Porquê? Há um pedido de informação relativamente à amortização de dívida a ocorrer até junho de 2014 por parte da então coordenadora do núcleo de emissões de mercados do IGCP diretamente à empresa, alguém diz porque é o pedido foi feito diretamente à empresa e não foi via DGTF, que seria a situação normal e, depois, há um *e-mail* a dizer «efetivamente, parece que há aqui uma duplicação de pedidos; o que é que não fornecemos anteriormente à DGTF para nos estar a ser emitido?»

Portanto, parece-me que, sinceramente, ainda por cima dada a conjuntura muito recente que estávamos a viver de um pedido de resgate financeiro internacional por parte de Portugal... Estamos a falar de *e-mails* de trabalho corrente, normal e importante.

É que o IGCP tinha de obter esta informação o mais rapidamente possível porque havia a possibilidade de quando as empresas do setor empresarial do Estado tivessem necessidade de ir ao mercado buscar financiamento para cobrir as suas necessidades de tesouraria estivessem impedidas de realizar tal situação devido ao *downgrade* das empresas.

Portanto, caberia ao IGCP garantir o fornecimento de meios financeiros a essas empresas para cobrir os seus défices de tesouraria.

Portanto, parece-me que estamos a falar de situações...

Lendo esses *e-mails*, não acha que se trata de trabalho normal, corrente, diário, por parte de uma coordenação no âmbito do IGCP?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, segundo declarações do Dr. Alberto Soares, admito que estes *e-mails* sejam trabalho corrente de Maria Luís Albuquerque. Não são é, certamente, ao serviço do IGCP, uma vez que o diretor e presidente do IGCP manifestou estranheza e disse que não era feito assim o contacto com as empresas.

Portanto, tem toda a razão, admito que até seja um trabalho corrente, diário, exaustivo, profundo, só não é nas funções que desempenhava no IGCP.

Protestos do PSD.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Agilizar processos?

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço imensa desculpa, mas tem de haver um mínimo de regras.

Sr. Deputado João Galamba, queira continuar.

O Sr. João Galamba (PS): — Dr. Alberto Soares, queria só fazer-lhe outra pergunta.

Foi dito aqui que o IGCP tinha *swaps* de gestão de risco de dívida pública que permitiram — segundo palavras da atual Ministra das Finanças e depois confirmadas pelo Dr. Moreira Rato, o seu sucessor no IGCP — que as perdas com os *swaps* das empresas públicas foram compensadas por ganhos dos *swaps* do IGCP.

O Partido Socialista manifestou alguma estranheza em relação a este facto porque foi dito, mais do que uma vez, que eles apresentavam estruturas simétricas, ou seja, por cada euro que se perdia nos *swaps* das empresas públicas ganhava-se 1 euro nos *swaps* do IGCP.

Só que sendo os *swaps* das empresas públicas conhecidamente especulativos e altamente alavancados, ou seja, a variação do *mark-to-market* para uma variação da taxa de juro é muito significativa e diferente dos *swaps plain vanilla*, não estranha esta afirmação? Isto é, não estranha que *swaps* altamente alavancados e com estruturas complexas, tóxicas, especulativas — demos-lhes o nome que quisermos —, tenham uma evolução simétrica a *swaps* que, como o Sr. Doutor disse aqui, são inteiramente *plain vanilla* e que visam apenas a normal cobertura de risco, portanto, não são alavancados? Como é que *swaps* com uma natureza tão distinta podem ter um comportamento simétrico?

O Sr. Presidente: — Uma vez que a Sr.^a Deputada Cecília Meireles não pretende intervir, tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, seguindo exatamente a linha da inquirição do Sr. Deputado João Galamba, vou referir-me aos *swaps* que o IGCP cancelou recentemente. E cancelou *swaps* que tinham posições positivas no mercado, conforme foi aqui dito pelo atual Presidente do IGCP, tendo recebido 830 milhões de euros, o que se destinava a compensar os prejuízos pelo cancelamento dos *swaps* das empresas públicas.

Sr. Doutor, a questão que eu queria colocar-lhe, atendendo à sua experiência de longos anos à frente do IGCP, é se este fecho antecipado, num período muito curto, indiscriminadamente, de *swaps* de dívida pública se insere na estratégia de gestão corrente da dívida pública que é seguida habitualmente pelo IGCP. Ou seja, é habitual, de repente, o IGCP cancelar todos os *swaps* que tem da dívida pública e deixar a dívida pública sem *swaps* a assegurar relativamente a flutuações de taxa de juro?

Quero fazer uma outra pergunta, que pode ser ingénuas mas a que o Sr. Dr. Alberto Soares, com certeza, irá responder. Se estes *swaps* foram feitos para proteger a dívida pública de flutuação da taxa de juro e agora foram cancelados, essa dívida deixou de estar protegida. Considera que esta situação defende o interesse público?

Sr. Presidente, é com este conjunto de questões que termino a minha intervenção.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Alberto Soares, há duas questões que surgiram durante a sua audição.

Primeira questão: a atual Ministra das Finanças, enquanto Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, tinha perceção, pelo menos, do problema dos contratos *swap*. Ainda em 2011 entende que é o IGCP que deve fazer a gestão, a recolha de informação, a análise e o tratamento de uma solução para a questão do *dossier swaps* e escolhe não o fazer consigo. Ou seja, a Sr.^a Secretária de Estado só faz uma alteração aos estatutos do IGCP com um novo presidente do IGCP. Isso coloca em causa o trabalho da Sr.^a Secretária de Estado nos termos exatos em que, pela primeira vez que este ponto foi abordado no Parlamento, o Bloco de Esquerda o colocou.

É que a Sr.^a Secretária de Estado teve responsabilidades diretas na contratação de *swaps* no seu passado profissional e colocou a fazer a análise dos contratos *swaps* alguém aparentemente da sua confiança. Ou seja, a Sr.^a Secretária de Estado sabe que quer que seja o IGCP a fazer a análise destes contratos e a apresentar uma solução, esteve um ano parada para fazer a alteração dos estatutos do IGCP e só o faz quando há uma nova pessoa à frente do IGCP.

Portanto, lamento, mas a minha interpretação — e não é nada de pessoal contra si — é que a Sr.^a Secretária de Estado não tinha confiança em si, não tinha confiança na sua avaliação deste processo. E pergunto-me por que será. Se calhar, alguém da sua confiança faria uma melhor avaliação do *dossier swaps*.

Segunda questão: os *e-mails* que agora foram distribuídos contêm um grau de gravidade, de acordo com a informação que nos deu e as competências do IGCP.

Não era competência do IGCP fazer esta recolha das necessidades de financiamento e que a Sr.^a Secretária de Estado, enquanto trabalhadora do IGCP, faça este contacto direto com o setor empresarial do Estado a 6 de maio e diga especificamente isto: a informação discriminada da amortização da dívida a ocorrer ente o momento presente e junho de 2014, ou seja, o final do Programa de Assistência Financeira. Este contacto é feito a 6 de maio e o Memorando de Entendimento é assinado a 17 de maio. Portanto, claramente, há aqui uma recolha de informação com um grau de conhecimento do que é que vai ser assinado no Memorando de Entendimento que acho que coloca em causa este *e-mail*.

Portanto, não me parece apenas *business as usual*; há aqui, pelas datas e informação pedida, algo que parece um pouco estranho.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, tem de concluir.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — E, portanto, a informação não me parece ser para o IGCP, suspeito que seja para outras fontes.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Alberto Soares para responder às questões colocadas.

O Sr. Dr. Alberto Sarmiento Azevedo Soares: — Srs. Deputados, gostaria de dividir as questões em dois grupos, deixando a pergunta referente ao *e-mail* para o fim.

Relativamente à evolução simétrica dos *swaps* — e junto aqui a questão do fecho antecipado de *swaps* por parte do IGCP —, tudo depende da natureza e da evolução das taxas de juro, das condições contratuais e

daquilo que foi negociado. Como não sei, não faço a mínima ideia do que é que foi negociado, não posso pronunciar-me.

O que posso dizer é que o fecho antecipado dos *swaps* não implica que não se possam fazer novos *swaps*, portanto, a gestão da dívida pública, do risco das taxas de juro da dívida pública continua a ser feita normalmente. E admito que seja feita normalmente, não vejo nisso qualquer questão.

Não sei também qual era o valor de mercado dos *swaps* que o IGCP tinha em carteira, não sei qual era o valor de mercado dos *swaps* das empresas públicas e o que é que foi negociado. Portanto, não faço a mínima ideia, não tenho informação sobre isso, pelo que não é matéria sobre a qual possa pronunciar-me.

Relativamente à questão de a alteração aos estatutos do IGCP ter ocorrido depois de eu ter deixado de ser presidente do IGCP, não atribuo significado especial a isso. Mas os Srs. Deputados poderão tirar as conclusões que quiserem. Penso que é uma questão do desenvolvimento normal do processo e não me sinto atingido por esse facto.

No que respeita à matéria do *e-mail*, os Srs. Deputados poderão tirar as conclusões que quiserem e fazer os desenvolvimentos que entenderem a propósito disto, mas encaro a questão como uma ocorrência normal na vida de uma organização. Não vejo aqui uma grande questão, mas, enfim, cada um poderá tirar as conclusões que quiser.

Enquanto presidente do IGCP, e talvez por ser demasiado formalista, entendia que a informação sobre as empresas públicas devia ser colhida através da DGTF. Mas também não atribuo um significado especial ao facto de quadros do IGCP, que tinham responsabilidades na preparação do programa de financiamento, tentarem contactar e obter essa informação diretamente. Enfim, não posso dizer muito mais sobre isto.

Não me posso pronunciar sobre a questão da veracidade do *e-mail*. É um *e-mail* do meu estilo — é o que posso dizer. Aquele que está escrito por mim é um *e-mail* do meu estilo, porque termino todos os meus *e-mails* com «Obrigado e cumprimentos/*thanks and regards*, Alberto Soares». Falta, porém, uma parte, porque, por baixo, diria, nessa altura, «Instituto de Gestão de Crédito Público, etc.». Mas, enfim, embora não tenha memória dele, não nego que tenha sido o autor do *e-mail*, porque é um *e-mail* do meu estilo.

Contudo, não atribuo um significado especial a isto. No meu dia-a-dia — já exerço funções de gestão há muitos anos —, é o tipo de ocorrências que acontecem numa organização. Mas, enfim, poderão tirar as ilações que entenderem.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Alberto Soares, muito obrigado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, concluímos os nossos trabalhos.

A reunião está encerrada.

Eram 17 horas e 5 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.